



GT 064. Sustentabilidade, Justiça Ambiental e Justiça Social

Doris Aleida Villamizar Sayago (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Alessandro Roberto de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a

Os efeitos e as consequências da crise global ambiental não são vivenciados da mesma forma por todos. Os mais desfavorecidos sofrem de modo desproporcional os efeitos das mudanças climáticas. A proposta deste GT é refletir sobre as relações entre as desigualdades sociais e raciais e as desigualdades ambientais à luz da noção de justiça ambiental. A noção de justiça ambiental busca dar conta tanto das desigualdades na exposição a riscos ambientais (poluição, resíduos, inundações, etc.) quanto da exclusão dos grupos marginalizados e discriminados na concepção e implementação de políticas. Considera as questões relacionadas com a degradação do meio ambiente, o esgotamento ou a exploração excessiva dos recursos naturais e as diversas formas de poluição, mas sobretudo os efeitos sociais que suscitam. Justiça alimentar, justiça climática e justiça ecológica constituem novos campos de mobilização e de pesquisa. A atualidade e relevância da temática permite agregar trabalhos que discorram sobre movimentos sociais que denunciam as injustiças ambientais e que reivindicam a defesa e o acesso aos recursos naturais; catástrofes ambientais; impactos socioambientais decorrentes das explorações desenfreadas em territórios indígenas; migrações ambientais; a tragédia do Rio Doce; e os efeitos nocivos que geraram para as pessoas excluídas das redes de poder. Finalmente, pretende-se pensar novas estratégias de sustentabilidade nas quais a justiça ambiental seja reconhecida como uma prioridade.

O conflito pela água em Correntina (BA): história e narrativas em disputa

Autoria: Gabriela de Souza Carvalho, Doris Aleida Villamizar Sayago

Observa-se, recentemente, a ocorrência de uma série de disputas em torno do uso da água na América Latina, das quais o caso da "guerra pela água" na Bolívia, em Cochabamba, nos anos 2000, é um exemplo emblemático. No Brasil, mesmo com as mudanças sugeridas a partir da reforma da gestão da água nos anos 1990, propondo uma gestão de águas descentralizada, integrada e participativa, ainda persistem os conflitos em torno do uso da água, como exposto no Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), que ocorreu no mês de março do ano de 2018, em Brasília. Um dos casos expostos no FAMA foi o conflito pela água em curso na cidade de Correntina (BA), que está judicializado. Em novembro de 2017, movimentos que atuam no município denunciaram o consumo desproporcional de água de duas fazendas da região por meio de ocupação e destruição de equipamentos. O desaparecimento de nascentes e diminuição da vazão de rios têm sido denunciados pela população desde 2015. Dados divulgados pela Agência Nacional de Águas (ANA) confirmam uma redução de aproximadamente 30% na vazão do Rio Corrente nos últimos 30 anos. A história de ocupação de terras na região conta que há séculos as comunidades camponesas tradicionais de Fecho de Pastos têm permanecido ali, resistindo ao tempo e convivendo com o cerrado por meio da utilização coletiva da terra, criação do gado solto e cultivo de plantas medicinais e alimentícias, que mais do que um meio de produção é um modo de vida. No entanto, desde os anos 1970, com o avanço da grilagem e a expansão do agronegócio no Oeste da Bahia, os conflitos entre fazendeiros e camponeses têm se multiplicado. Nessa dinâmica pela disputa de terras está a questão do conflito em torno do acesso à água, que é agravado pelas mudanças climáticas, mas causado principalmente pelo alto consumo de água destinada à irrigação das fazendas do agronegócio. Essa situação, além de prejudicar a população de Correntina como um todo, dificulta muito a reprodução social das comunidades tradicionais de Fecho de Pasto, no entanto, o Estado continua a autorizar as outorgas de uso das águas da região para irrigação, a despeito das recomendações



do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Corrente. A partir das contradições apresentadas e entendendo como fundamental tanto a reconstrução histórica como a observação da disputa de narrativas para a compreensão do conflito pela água em Correntina, este work tem como propósito investigar o seu histórico e identificar e analisar as narrativas que o conformam. Para tal, partimos dos conceitos de justiça ambiental e desenvolvimento sustentável, desenvolvendo um estudo teórico e prático, que envolve a investigação documental e de dados secundários e a realização de visita a campo.



Realização:



Apoio:



Organização:

